

PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

## Autoridades de Namuno divulgam lei que proíbe uniões prematuras pelas comunidades

*- Governo distrital de Namuno, Província nortenha de Cabo Delgado divulga nas comunidades a lei que proíbe as uniões prematuras com vista a travar este mal na região que atrasa o desenvolvimento da rapariga.*

**PEMBA – Trata-se de Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras recentemente aprovada pelo Parlamento moçambicano. A iniciativa segundo a administradora distrital de Namuno Felisbela Lázaro visa para além de desencorajar a prática de casamentos prematuros, dar a conhecer aos promotores as consequências jurídico-administrativas aos infractores.**

"O que estamos a fazer é divulgar a lei até à comunidade mais pequena com vista a conhecer e depois tomarmos as medidas exemplares aos infractores. Vamos reactivar os comités de protecção e criança para incrementar a sua intervenção no seio das comunidades", disse Felisbela Lázaro.

Falando à nossa reportagem sobre dados estatísticos deste mal que enferma a sociedade, Felisbela Lázaro mostrou-se preocupada com os índices de casamentos prematuros e gravidezes precoces que ocorrem na região, tendo classificada

a situação de muito séria. "É muito séria e sobretudo quando se trata de criança para homem adulto, é sentimental. Quando vamos às estatísticas do último censo da população e habitação encontramos que o número de mulheres quando comparado ao dos homens é superior. Então, qual é a necessidade de atacar meninas pequeninas, ainda que não estão formadas para aguentar as tarefas de um lar. O corpo ainda não está preparado para fazer os afazeres da casa, como ir buscar água, ir à machamba e cuidar do marido...uma criança pequenina, com tantas adultas e solteiras",

administradora do Distrito de Namuno na Província nortenha de Cabo Delgado.

Do ano passado para cá, nos esforços vários que têm sido levados a cabo com vista a se travar este mal, as autoridades governamentais resgataram duas menores que haviam sido submetidas aos casamentos prematuros.

Felisbela Lázaro disse que para o sucesso do trabalho, as autoridades governamentais contam com o envolvimento de comités de protecção da criança, líderes comunitários, entre outros actores da sociedade.